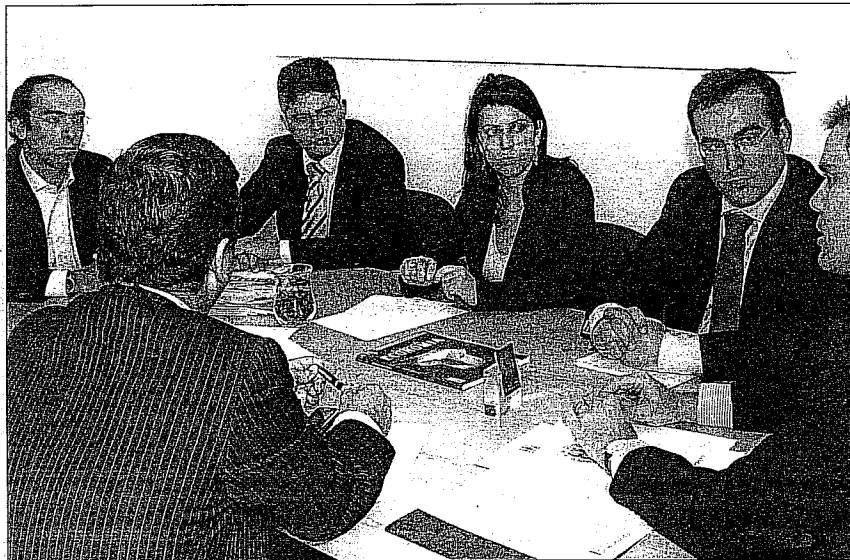
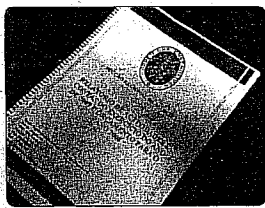


Ordem dos Engenheiros

Aquisição da sede para breve

A formação profissional e a aquisição da actual sede são os grandes objectivos a atingir, este ano, pela Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros. Isto mesmo foi apontado, ontem, ao JM, pelo presidente da Secção, Armando Ribeiro, à entrada para a Assembleia Geral, onde foi discutido e aprovado o relatório de actividades e contas do exercício do ano de 2007 e orçamento para o ano em curso. Segundo aquele responsável, o ano de 2007 «correu bem», sendo que as acções previstas foram na sua grande maioria realizadas. «Ainda não concretizamos a aquisição da sede por razões de ordem puramente burocráticas. Mas, esperamos ainda no decurso deste primeiro semestre concluirmos essa aquisição», revelou. O orçamento prevê um investimento de 75 mil euros com despesas de aquisição do edifício onde se encontram os serviços da Secção, sendo que a Ordem vai investir 254 mil euros na compra do prédio. Do plano de actividades para 2008, Armando Ribeiro destacou que «vamos continuar com a formação, que tem sido de resto a grande aposta. Até fim do ano está tudo esquematizado, para levar a efeito essas acções sempre procurando a valorização profissional dos engenheiros», prosseguiu. O exercício de 2007 saldou-se por um resultado líquido positivo de 62.132,33 euros. ■

C.G./S.L.



Os deputados do PSD/M da Comissão Especializada de Economia e Finanças, da Assembleia Legislativa da Madeira, reuniram-se ontem com a direcção da delegação regional da Ordem dos Economistas. No final, elogiaram o papel daquela entidade.

Eduardo Jesus manifestou pretensão de entrar no organismo económico e social

Economistas no Conselho

Os deputados social-democratas estiveram ontem reunidos com a direcção da delegação regional da Ordem dos Economistas. O presidente, Eduardo Jesus, aproveitou a ocasião para pedir para fazer parte do Conselho Económico e Social da Madeira.

Texto: Marília Dantas • Foto: Albino Encarnação

O grupo parlamentar do PSD/Madeira esteve, na tarde de ontem, reunido com a direcção regional da Ordem dos Economistas da Madeira.

Durante o encontro, solicitado pelos deputados social-democratas da Comissão Especializada de Economia e Finanças, o presidente da Ordem, Eduardo Jesus, apresentou o plano de actividades da Ordem e ainda manifestou o desejo daquela entidade fazer parte do Conselho Económico e Social da

Madeira.

No final da reunião, o deputado Pedro Coelho disse que o pedido da Ordem de fazer parte do Conselho Económico e Social da Madeira não compete ao PSD, mas ao Governo Regional. Mesmo assim, aquele deputado social-democrata disse que registou a solicitação «vamos levar esta iniciativa e este contributo que a Ordem quer dar, às pessoas a quem de direito».

Pedro Coelho explicou que «o Conselho funciona como um órgão de ligação entre as forças

produtivas e o Governo Regional e conta com a presença de representantes de Governo e associações patronais e sindicais».

Por sua vez, Eduardo Jesus justificou que a entrada da Ordem no Conselho Económico e Social da Madeira seria útil na discussão de matérias de índole económica «entende que deve fazê-lo em sede própria e a sede própria de participar activamente nessa discussão ou opinião é através do Conselho Económico e Social».

Aliás, a Ordem dos Economistas a nível nacional tem representatividade, como acontece também em outros países europeus, em órgãos congéneres ao Conselho Económico e Social da Madeira. Portanto, «é mais nesta perspectiva de um acerto de posição e de manifestação dessa mesma opini-

ão», que a delegação regional da Ordem dos Economistas quer estar representada naquele organismo.

Relativamente ao plano de actividades para o próximo ano da Ordem dos Economistas, que foi votado ontem em Assembleia Geral, o deputado Pedro Coelho destacou a sua extensão e abrangência.

«É um plano vasto, extenso e não está apenas virado para os economistas da Região, mas ficou bem plasmado o contributo que a Ordem tem dado ao desenvolvimento da Região, mais precisamente na promoção do conhecimento científico, seja com parcerias com a Universidade da Madeira e outras instituições, seja com outro tipo de iniciativas que valorizem o conhecimento», destacou o deputado. ■

mariliadantas@jornalmadeira.pt

Socialistas preocupados com o aumento da dívida da Região afirmam

Orçamentos não são credíveis

OPSMadeira entende que há uma «ausência total de credibilidade» dos orçamentos que têm sido submetidos à Assembleia Legislativa da Madeira pelo PSD.

Em conferência de imprensa, para fazer uma análise preliminar dos resultados da conta da Região de 2006, Carlos Pereira disse que entre 2002 e 2006 a previsão das receitas totais da Região foi de 1.338 milhões de euros, enquanto que a média executada foi de cerca de 1.005 milhões, o que quer dizer que «33 por cento do executado está sobre-avaliado» ou que «houve um

desvio de 33 por cento».

Por outro lado, sustentou que as despesas correntes subiram 15 por cento (120 milhões de euros), grande parte à custa do peso da Administração Pública. «Temos 35 Direcções Regionais, 102 Direcções de Serviços, 249 Divisões, 207 Secções e 239 gabinetes», o que equivale a um chefe para cada 130 madeirenses, disse. Neste mesmo período, cresceu também a receita (30 por cento), se bem que esta tenha sido «canalizada para as despesas correntes». Pelo contrário, enquanto que as despesas e as receitas aumentaram,

Carlos Pereira afirmou que o investimento diminuiu 15 por cento e acusou o Executivo de atribuir subsídios «sem critérios» (85 milhões de euros em 2006).

Os socialistas mostraram-se ainda preocupados com o aumento da dívida regional que, desde 2004, volta a ser o principal factor de financiamento externo. Carlos Pereira diz que a dívida tem crescido à custa dos empréstimos das Sociedades de Desenvolvimento (500 milhões de euros). Até 2007, disse que a dívida total da Região era de cerca de 3.250 milhões de euros (cerca de



75 por cento do PIB). Aos empréstimos das Sociedades de Desenvolvimento (a pagar a partir de 2012), juntou as concessões Vialitoral e

Via-expresso, o que representará um pagamento anual de 60 milhões de euros. ■

Ricardo Caldeira